



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Quarta-feira
(15/08)

Manchetes

Ponte: Ministério Público de São Paulo pede arquivamento de investigação de morte por PMs da Rota no Moinho

Nexo: “Constante troca de ministros impossibilitou a adoção de políticas continuadas na área da segurança pública”, afirma FBSP

EBC: Câmara aprova texto que permite à polícia adotar medidas protetivas para mulheres em situação de violência doméstica

G1: Policial Militar é preso suspeito de comercializar armas de fogo em Alagoas

Circuito MT: Prefeitura de Cuiabá assina convênio para contratar 600 ex-presidiários

Síntese das notícias

Prefeitura de Cuiabá assina convênio para a contratação de 600 ex-presidiários:

Circuito MT noticia que a prefeitura de Cuiabá assinou Termo de Intermediação de Mão de Obra Remunerada de Recuperandos. Com a medida, 600 homens e mulheres deverão ser contratados para trabalhar na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos em parceria entre a prefeitura e a Fundação Nova Chance (Funac), órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh). A ação faz parte da política de humanização e inclusão social e visa contribuir com a reinserção de recuperandos nas esferas sociais e profissionais.

MP pede arquivamento de investigação de morte por PMs da Rota no Moinho: O Ministério Público Estadual pediu o arquivamento do inquérito da morte de Leandro de Souza Santos por policiais da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), durante uma operação na Favela do Moinho em 27 de junho do ano passado. Para a promotoria, os dois policiais investigados agiram em legítima defesa, pois Leandro teria disparado contra os agentes. No entanto, as testemunhas relataram que não houve troca de tiros. O laudo residuográfico feito pelo Instituto de Criminalística não encontrou nas mãos de Leandro traços de chumbo metálico, provenientes de disparos de arma de fogo. Após ser morto,



Leandro foi levado pelos policiais para um hospital. Uma resolução de 2013 da Secretaria de Segurança Pública (SSP) proíbe policiais de socorrerem vítimas em confrontos com a própria polícia. Reportagem: **Ponte**.

Trocas de ministros da segurança pública aumentou déficit na área, afirma FBSP:

Em entrevista ao **Nexo**, a advogada, consultora em segurança pública e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) Isabel Figueiredo afirma que há vários fatores que contribuem para o aumento da violência. Mas avalia que houve, nos últimos dois anos, problemas na gestão federal do governo, com a troca de ministros responsáveis pela segurança pública frequentemente. Isabel Figueiredo avalia que a troca constante de ministros impossibilitou a adoção de políticas continuadas na área. Como exemplo, cita o Plano Nacional de Segurança Pública, anunciado em janeiro de 2017 por Moraes. Segundo Figueiredo, houve problemas em sua implementação. Apresentado como um dos estados que seriam o foco do plano, o Rio Grande do Norte, por exemplo, não recebeu repasses, afirma.

Policia Militar é preso suspeito de comercializar armas de fogo em Alagoas: G1

noticia que um policial militar e outras quatro pessoas foram presas em uma operação conjunta entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP- AL) deflagrada na manhã desta quarta-feira (15) em Atalaia, região Metropolitana de Maceió. As prisões foram todas em flagrante, durante cumprimento de cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela 17ª Vara Criminal da Capital. Segundo a PRF, o grupo é suspeito de comercializar armas de fogo e munições.

Câmara aprova texto que permite à polícia agir para proteger mulheres: A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (14) proposta que autoriza, em caráter emergencial, delegados e policiais a decidir sobre medidas protetivas para atender mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O projeto segue agora para análise do Senado. O texto modifica a Lei Maria da Penha. Atualmente, a lei prevê que a polícia comunique ao juiz de direito as agressões em um prazo de 48 horas, para que, só então, a Justiça decida sobre as medidas protetivas. Fonte: **EBC**.